PREFEITURA DE
SÃO PAULO
DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO

COORDENADORIA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

Ata da 1º. Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário – CMDRSS. No dia 06 do mês de fevereiro de 2018, na sala de reunião da Coordenadoria de Segurança Alimentar e Nutricional, no Anexo 216 do Mercado Municipal Paulistano, situada na rua da Cantareira, 216, São Paulo - SP, realizou-se a primeira reunião ordinária do pleno do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário – CMDRSS. Pauta: 1. Plano de Desenvolvimento Rural; 2. Homenagens para pessoas notáveis já falecidas com a indicação de seus nomes na identificação de equipamentos da Prefeitura; 3. Participação mais efetiva dos membros do Conselho nas reuniões institucionais; 4. Informes. Estiveram presentes conforme assinatura em lista: Juliana Hernandes Antunes, da DFDA-SP/SEAD; Adriana Omuro, da SPTURS; Paulo César Leite Saraiva, da CATI – Regional São Paulo; Flávio Rizi Júnior, da CATI – Regional São Paulo; Roseli Alleman, da Secretária Municipal do Verde e do Meio Ambiente SVMA; André Luzzi, da ação da Cidadania; Daniel Bruno Beluti, da CATI – Regional São Paulo; José Antonio Teixeira, da Coordenadoria de Segurança Alimentar e Nutricional – COSAN; André Biazoti, da MUDA – SP; Lya Porto, da CEARG/FGV; Andrea Sendoda, da SMA/CBRN; Paulo Roberto, da Capão Cidadão; Avani Florentino de Oliveira, Indígena; Luis Henrique M. Meira, da COSAN; Mariana Marcon, da Associação de Agricultura Orgânica; Anna Kaiser Mori, da Secretaria Municipal de Urbanização e Licenciamento SMUL; Emerson Xavier de Souza, da Proteção Ambiental Capivari Monos e Bororé. Abrindo os trabalhos Juliana tratou do item 4 da pauta e comentou sobre os problemas inerentes ás chamadas públicas que atingem o PNAE, regulado por lei federal que precisa ser aplicada em âmbito municipal e o entrave jurídico que acompanha essa aplicação. André Luzzi lembrou da metodologia usada nas compras públicas a serem apreciadas pela Câmara Municipal e o Tribunal de Contas Municipal como forma de se buscar uma referência administrativa adequada. Roseli ateve-se aos eixos que compõem a análise para elaboração do Plano de Desenvolvimento Rural, conforme o item 1 da pauta, destacando a

necessidade de se aprofundar e detalhar os dados referentes á Mata Atlântica no município de São Paulo. O presidente Luis demonstrou interesse em acompanhar a eleição do Comusan. André Biazoti retoma o item 2 e sugere verificação dos trâmites legais para a mudança de nome do logradouro da prefeitura. Flávio se manifestou sobre o item 1 a respeito das oficinas e seu papel como curso de preparação. Foi reiterada a necessidade do Poder Público enviar ofícios de chamamento e também ligações telefônicas convocando a sociedade civil para participarem das oficinas. Paulo César emprestou seu apoio para os cursos regionais. André Biazoti resgatou informações sobre as oficinas previstas e as articulações necessárias para sua realização. André Luzzi se manifestou sobre o plano e levanta questões jurídicas para sua apresentação e aprovação, no que foi acompanhado por Anna, Lya e Mariana. Juliana expôs a questão das despesas que ocorrerão com a realização das oficinas. Roseli e André Luzzi trataram da metodologia que será aplicada para a evolução dos trabalhos do plano. O presidente Luis pontuou a urgência de se resolver a questão da metodologia a ser seguida e convocou os presentes, André Biazoti, André Luzzi e Roseli para a solução desse ponto. Ficou acertada a composição de grupo de trabalho que coordenará as ações para o detalhamento dos eixos que fazem parte do plano. Indicados para o grupo de trabalho: André Biazoti, Juliana Hernandes, Roseli Alleman, Andrea Sendoda. Aberta a palavra para os presentes e não havendo nenhuma outra contribuição deu-se por encerrada a reunião. Eu, Wanderley Andrade da Costa Lima, Redigi e lavro a presente ata.